



**Demonstrações Contábeis**

**Em 31 de dezembro de 2023**

**Conteúdo**



**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

**Balancos patrimoniais**

**Demonstrações do resultado**

**Demonstrações do resultado abrangente**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**

## PBH ATIVOS S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as  
demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos  
Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da  
PBH ATIVOS S.A.  
Belo Horizonte – MG**

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PBH ATIVOS S.A. (“Companhia”), as quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis supramencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PBH ATIVOS S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1, descrevendo que o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG suspendeu os pagamentos das debêntures de mercado emitidas pela PBH Ativos, determinando a sua retenção em conta bancária específica até a decisão do mérito da ação.

Nesse contexto, destaca-se que essa decisão proibiu que o Banco Centralizador (Banco do Brasil S/A) e o Agente Fiduciário interrompessem qualquer transferência para a conta de livre movimentação e retivessem valores das contas vinculadas, permanecendo a amortização das debêntures subordinadas sem qualquer impacto. Os autos do processo administrativo em tela se encontram em sede de exame de recursos pelo Tribunal Pleno do TCE-MG.

Em 18 de abril de 2021, a Fitch retirou o *Rating* Nacional de Longo Prazo “Dsf (bra)” da 2ª emissão de debêntures da PBH Ativos S.A., porque as debêntures, que estão em situação de inadimplência desde julho de 2020, atingiram seu vencimento final em 15 de abril de 2021 e não foram quitadas. Segundo a Administração, em abril de 2021, a Escritura de debêntures de 2ª emissão teve o cronograma de amortização encerrado.

Embora a PBH Ativos tenha depositado integralmente as últimas parcelas (de julho/2020 até abril/2021), o Agente Fiduciário e o Banco Centralizador não transferiram o recurso ao debenturista de mercado em cumprimento à medida cautelar proferida pelo Tribunal Pleno do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG) no âmbito da Representação 1.024.572 – Apenso 1.031.793 (vide nota 12.2.1). Essas parcelas estão retidas até a decisão dos recursos interpostos pelas partes, na conta número: 18.120, agência 1615-2, do Banco do Brasil (“contas de Pagamento”). Em dezembro de 2023, o saldo devedor atualizado era de R\$ 6,1 milhões (R\$ 5,5 milhões em dezembro de 2022) vide nota nº 8. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

### **Principais assuntos de auditoria**

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos durante a auditoria do exercício. Esses assuntos foram tratados no contexto da auditoria das demonstrações contábeis, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis. Assim, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou em seu balanço patrimonial obrigações com debêntures de emissão simples, no montante de R\$ 6.056 (R\$ 199.241 mil, em dezembro de 2022) conforme divulgações na Nota Explicativa nº 12 sobre as demonstrações contábeis. As debêntures são lastreadas por meio de cessão fiduciária, por tributos municipais renegociados, originados por BH, os quais foram transferidos à PBH Ativos por contrato de cessão onerosa. Os tributos incluem o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e outras taxas municipais. O agente fiduciário da emissão, a Pentágono S.A. DTVM (Pentágono), é responsável por verificar o DSCR e o índice de garantia.

### **Debêntures – 1ª emissão**

São debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, emitidas em 1º de abril de 2014, para subscrição privada, as quais foram inteiramente subscritas pelo município de Belo Horizonte e integralizadas na cessão de Direitos de Crédito Autônomos, no importe total de R\$ 880.320.000 (correspondente a 88.032 debêntures subordinadas emitidas, com valor nominal unitário de R\$ 10 mil). Com prazo de vencimento findo em abril de 2023. O saldo das Debêntures de Primeira Emissão em 31 de dezembro de 2023 é zero.

### **Debêntures – 2ª Emissão**

São constituídas por debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie, com garantia real representada por cessão fiduciária de Direitos Creditórios Autônomos, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. Na data da emissão, 15 de abril de 2014, correspondiam a 2.300 debêntures, com valor unitário de R\$ 100 mil, no montante total de R\$ 230 milhões. A Escritura de debêntures de 2ª emissão da PBH Ativos teve o seu cronograma de amortização encerrado em abril de 2021, sem que houvesse sua quitação integral. As parcelas devidas e não pagas de julho/2020 até abril/2021 estão retidas na conta número: 18.120, agência 1615-2, do Banco do Brasil (“contas de Pagamento”), conforme decisão do TCE, o que representa um saldo atualizado, em 31 de dezembro de 2023, de R\$ 6,1 milhões (R\$ 5,5 milhões, em dezembro de 2022).

Por se tratar de uma obrigação relevante para a Companhia e sujeita a fatores externos para cumprimento das garantias atreladas às debêntures de 1ª e 2ª emissão, consideramos esse assunto significativo para a auditoria.

### **Resposta da auditoria ao assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento sobre o monitoramento das obrigações vinculadas às debêntures de 1ª e 2ª emissão; (b) análise das autorizações e dos registros realizados nos órgãos oficiais controladores (B3 e CVM); (c) análise das atas das assembleias gerais respectivas, em que são autorizados os processos (pelas publicações e/ou pelos registros de atas); (d) análise da autorização de emissão, pela diretoria, para efeitos de controles internos; (e) análise do cumprimento de obrigações não pecuniárias; (f) análise do cumprimento dos índices financeiros referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (g) avaliação da adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Como resultado desses procedimentos, consideramos que os controles internos utilizados pela Administração para monitoramento e cumprimento das obrigações e dos índices financeiros vinculados às debêntures são razoáveis. As divulgações estão consistentes com os dados e as informações obtidos ao longo deste trabalho.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável pelas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, temos a responsabilidade de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se ele está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis, com o conhecimento obtido durante a auditoria, ou, de outra forma, se aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, devemos comunicar esse fato. Não temos nada a relatar.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Durante a elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a Companhia continuar operando; divulgar, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional; e usar essa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia têm responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria com a nossa opinião. A segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. Essas distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis supracitadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo do processo. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance dos trabalhos de auditoria planejados, da época da auditoria e das constatações significativas, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, a declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos durante a auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que uma lei ou um regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

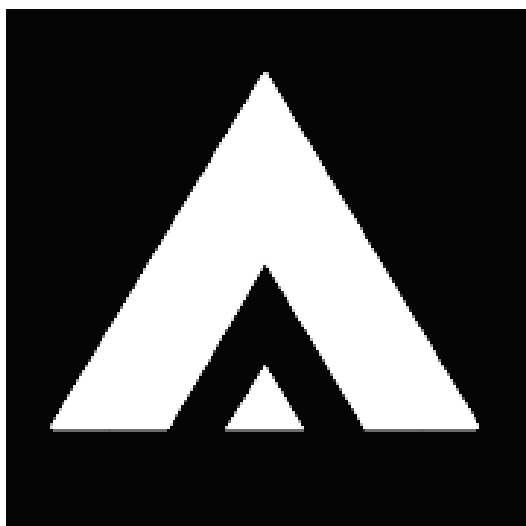
Barueri, 26 de fevereiro de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM  
AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira  
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP  
Sócio Responsável Técnico

Eser Helmut Amorim  
CRC 1SP 307.736/O – 5





# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Mensagem da Administração

A PBH Ativos desempenha um importante papel no Município de Belo Horizonte/MG, sendo responsável pela viabilização de projetos de grande impacto para todos os munícipes.

A Empresa atua exclusivamente no sentido de complementar políticas públicas deliberadas pelos órgãos competentes, somente assumindo outras funções e/ou responsabilidades nos termos de eventuais contratos ou convênios celebrados, procurando, sempre que possível, obter ganho econômico.

Os resultados experimentados pela população com os projetos apoiados pela PBH Ativos reforçam, cada vez mais, o quanto as atividades desenvolvidas vão ao encontro dos objetivos perseguidos pela Administração Pública Municipal.

Os valores da PBH Ativos (ética, comprometimento, excelência, inovação, governança e transparência) seguem presentes na rotina da empresa, que espera manter sua boa atuação e conquistar mais espaço de atuação.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2024

**Pedro Meneguetti**

Diretor-Presidente

**Soraya Mourthé**

Diretora-Executiva

**Daniel Nogueira**

Diretor de Negócios

## IDENTIFICAÇÃO

- CNPJ: 13.593.766/0001-79
- Sede: Belo Horizonte
- Tipo de estatal: Menor porte, nos termos do §1º do art. 1º da Lei Federal nº 13.303/2016
- Acionista controlador: Município de Belo Horizonte
- Tipo societário: Sociedade Anônima
- Tipo de capital: Fechado
- Composição acionária: Município de Belo Horizonte: 99,99945512% das ações, Prodabel 0,00027092% e BHTrans 0,00027396%.
- Abrangência de atuação: Municipal, com possibilidade de ampliação para nacional.
- Setor de atuação: Primária: Securitização de créditos. Secundárias: administração de obras; outras sociedades de participação; gestão e administração da propriedade imobiliária; atividades de consultoria em gestão empresarial; serviços de engenharia; atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral; administração pública em geral.
- Diretor Presidente: Pedro Meneguetti, (31) 3246-7044, meneguetti@pbhativos.com.br
- Auditores Independentes: Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S
- Membros do Conselho de Administração: Adriana Branco Cerqueira, André Abreu Reis, Daniel da Cunha Messias Roque, João Antônio Fleury Teixeira, Josué Costa Valadão, Leonardo de Araújo Ferraz, Leonardo Hissa Dias do Vale, Leonardo Maurício Colombini Lima e Pedro Meneguetti.
- Data utilizada como referência de dados: 31/12/2023.
- Data de aprovação: 26/02/2024.

# CAPÍTULO I - DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

## 1. Interesse público

A PBH Ativos, nos termos de sua lei de criação, Lei Municipal nº 10.003/2010 oferece suporte técnico especializado à Administração Pública na execução das políticas públicas e captação de recursos para viabilizar projetos de infraestrutura nas áreas de saúde, educação, dentre outros de interesse da população.

A Empresa é responsável por auxiliar o Tesouro municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da sociedade; estruturar e implementar operações que visem a obtenção de recursos junto ao mercado de capitais; auxiliar o Município na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral; auxiliar o Município em projetos de concessão ou de parceria público-privada, podendo, nesse sentido, dar garantias ou assumir obrigações; custear obras licitadas por outros órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta do Município; captar recursos ou estruturar operações que possibilitem a quitação, o refinanciamento, a redução do montante ou a diminuição dos encargos da dívida pública do Município.

## 2. Políticas públicas

A PBH Ativos destaca-se pela expertise necessária para o desenvolvimento de estudos de modelagem de permissões, concessões e PPPs, com a finalidade de garantir a viabilidade econômico-financeira e jurídica de projetos que possibilitam à Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte e de outros entes, executar políticas públicas que promovam seu desenvolvimento.

Nos termos do Decreto Municipal nº 16.694/2017, que dispõe sobre o Conselho Gestor de Parcerias Público Privadas, compete à PBH Ativos prover suporte técnico ao Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas - CGP com atribuições de: (i) coordenar a organização de núcleos setoriais para acompanhamento e gestão dos contratos de concessão e de parcerias público-privadas em cada secretaria, órgão ou entidade do Poder Executivo responsável pelo serviço ou atividade objeto da

contratação; (ii) prestar assessoramento técnico aos núcleos setoriais criados pelo CGP e (iii) coordenar o processo de negociação envolvendo pleitos e questões econômico-financeiras que possam gerar aditivos contratuais, atuando como mandatária do Município nos limites previamente estipulados pelo CGP.

A PBH Ativos desempenhou importante atuação na captação de recursos mercado. A Companhia, no intuito de alcançar melhores resultados em investimentos, realizou uma operação intitulada securitização de recebíveis, atualmente em fase de finalização, na qual foram ofertados títulos mobiliários aos investidores no mercado de capitais, em consonância com as normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelas Resoluções do Senado Federal.

Os recursos obtidos foram revertidos em importantes políticas públicas estruturadas pelo Município de Belo Horizonte.

### 3. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas

A cada biênio a PBH Ativos celebra com o Município Contrato de Metas e Desempenho com previsão de ações próprias e intersetoriais. Dentre as metas pactuadas nos anos anteriores e outras novas, que possuem expectativa de conclusão em 2024, tem-se:

- a. Start-ups: Edital e chamamento público;
- b. PPP do HMDCC – Relatório da Revisão Ordinária do Contrato;
- c. PPP do HMDCC - Análise do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato;
- d. Baixios de Viaduto Leste - Modelagem dos documentos referenciais para a Licitação;
- e. Limpeza Urbana – Modelos operacional, econômico-financeira e jurídica;
- f. Limpeza Urbana - Modelagem preliminar para Sondagem de Mercado;
- g. Limpeza Urbana - Modelagem referencial para Audiência e/ou Consulta Públicas;
- h. Limpeza Urbana - Modelagem referencial;
- i. PPP Iluminação Pública - Análise do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- j. Valuation Copasa - Entrega da avaliação econômica, financeira e institucional dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Belo Horizonte;

- k. Parque Amilcar Viana Martins - Estudo prévio de viabilidade econômico-financeira e jurídica;
- l. Parque Amilcar Viana Martins - Documentos referenciais para a Licitação;
- m. Parque Lagoa do Nado - Estudo prévio de viabilidade econômico-financeira e jurídica;
- n. Parque Lagoa do Nado - Documentos referenciais para a Licitação;
- o. CAT Veveco - Estudo prévio de viabilidade econômico-financeira e jurídica;
- p. CAT Veveco - Documentos referenciais para a Licitação;
- q. Eu Me Banco - Estudo prévio de viabilidade econômico-financeira e jurídica;
- r. Eu Me Banco - Documentos referenciais para a Licitação;
- s. Energias renováveis - Documentos referenciais para a licitação de energia (média tensão);
- t. PPP Atenção Primária da Saúde (PPP da APS) - Revisão ordinária do Contrato de Concessão;
- u. PPP do Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro (PPP do HMDCC) - Contratação da assistência de perícia da arbitragem;
- v. Campos de Futebol - Documentos referenciais para publicação de Licitação;
- w. PPP Educação - Análise do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

#### 4. Recursos para custeio das políticas públicas

É importante destacar que a PBH Ativos, enquanto empresa estatal, não tem competência direta para executar políticas públicas. Conforme sua lei de criação, Lei Municipal n. 10.003/2010, e seu Estatuto a empresa auxilia a Administração Pública, observando ainda o estabelecido no Contrato de Metas e Desempenhos celebrado com o Município de Belo Horizonte.

A PBH Ativos possui atuação técnica voltada para a consultoria, assessoria e estruturação de projetos de infraestrutura, parcerias, concessões e permissões em diversas áreas, além de expertise pioneira na captação de recursos financeiros, via securitização de recebíveis.

Os recursos viabilizados via securitização e demais serviços executados pela Empresa (i) foram utilizados na amortização das debêntures de mercado<sup>1</sup> subordinadas<sup>2</sup>; (ii) foram/são revertidos para a

---

<sup>1</sup> Apesar do fim do cronograma de amortização das debêntures de mercado em abril/2021, a liberação dos recursos depende da conclusão da Representação n. 1.024.572 que ainda tramita perante o Tribunal de Contas de Minas Gerais.

<sup>2</sup> Cronograma de amortização das debêntures subordinadas foi concluído em abril/2023.

manutenção da Companhia, considerando não ser empresa financiada nem custeada pelo Tesouro Municipal, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Municipal nº 10.003/2010, e (iii) em anos anteriores foram distribuídos juros sobre capital próprio aos acionistas, propiciando, por sua vez, investimentos em políticas públicas municipais.

Em 03 abril de 2023 a PBH Ativos realizou o pagamento integral das debêntures subordinadas, com o cumprimento dos cronogramas de pagamentos das debêntures de mercado e subordinadas.

Neste ano, a Companhia enfrenta o desafio de buscar o equilíbrio financeiro exigido de uma empresa que pretende se manter saudável, sem onerar os cofres municipais, atuando em conformidade com seus valores e em busca da realização de sua missão institucional.

## 5. Impactos na operacionalização das políticas públicas

A operacionalização de parte de importantes políticas públicas que são desenvolvidas pelo Município de Belo Horizonte ocorre baseada na expertise da PBH Ativos. Os indicadores para as tomadas de decisão são sustentados por detalhados estudos de viabilidade econômico-financeira que levam em consideração, especialmente, os benefícios gerados aos munícipes, o impacto social, menor custo e ganho de eficiência para o Município de Belo Horizonte.

A Companhia propicia a oferta de verdadeiros dividendos sociais por meio de projetos intersetoriais, estruturados e/ou garantidos pela PBH Ativos e previstos nos Contrato de Metas e Desempenho celebrados com o Município de Belo Horizonte, em diversas áreas de atuação:

### a) Educação

Na Parceria Público-Privada da Educação (PPP da Educação), além do assessoramento técnico à Secretaria Municipal de Educação, a PBH Ativos é responsável por prestar garantia parcial na operação.

No segundo semestre de 2023, a PBH Ativos foi responsável por realizar o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, formalizados no 11º e no 12º Termo Aditivo da PPP da Educação, de onde destaca-se:

- 11º Termo Aditivo: (i) o ressarcimento de despesas incorridas com correção oriunda por vandalismo nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs); (ii) a inclusão de cobertura de espaços externos de EMEFs e EMEIs, por meio da instalação de estrutura de

toldos; (iii) a execução de serviços realizados no ano de 2020 em decorrência das chuvas torrenciais que afetaram algumas das EMEFs e EMEIs; (iv) a redução da oferta de serviços com o advento da pandemia de COVID- 19; (v) os serviços de logística e armazenamento de bens para atendimento aos protocolos sanitários da pandemia de COVID-19; e (vi) as intervenções solicitadas pela SMED para solução técnica de problemas de ordem pragmática em algumas unidades escolares.

- 12º Termo Aditivo: aporte de R\$60.000.000,00 e a inclusão de 4 novas unidades de EMEI's, são elas: EMEI Cabana, EMEI Betânia, EMEI Buritis e EMEI Capitão Eduardo.

Ambos Termos Aditivos foram assinados no dia 27 de outubro de 2023. Até o momento, foram iniciadas as intervenções previstas no 11º Termo Aditivo para inclusão de cobertura nos espaços externos de EMEFs e EMEIs e emitidas as Ordens de Serviço para início das obras das EMEIs incluídas pelo 12º Termo Aditivo.

Desde então, a PBH segue acompanhando o desenvolvimento das atividades.

#### b) Saúde

Na Parceria Público Privada do Hospital Metropolitano (PPP do HMDCC) e na PPP da Atenção Primária (PPP da UBS), além do assessoramento técnico à Secretaria Municipal de Saúde, a PBH Ativos é responsável por prestar garantia parcial na operação.

Tais Concessões buscam, mediante suas peculiaridades, viabilizar a ampliação do acesso aos serviços de saúde, contribuindo na qualidade ambiental e no bem-estar da população.

Ao que cabe a execução do Contrato da PPP HMDCC, a PBH Ativos presta assessoramento direto à Secretaria Municipal de Saúde, contudo, buscando a melhor execução do Contrato e o atendimento ao interesse público, relaciona-se, quando necessário, com a demais partes envolvidas direta e indiretamente a Concessão (Concessionária ONM Health S.A, Prestador dos Serviços Assistenciais e Verificador Independente).

Os trabalhos realizados envolvem análises técnicas das mais diversas naturezas, como análises de cunho econômico-financeiro e jurídico, necessárias para a manutenção da qualidade dos serviços prestados, tanto em questões cotidianas quanto aquelas vinculadas à revisão dos parâmetros e aos resultados globais da concessão.



Tendo em vista a necessidade de realização da revisão ordinária do Contrato e por se tratar da primeira realizada no Município, o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas (CGP) deliberou, por meio da Resolução n. 004/2022, a aprovação do início dos trabalhos de revisão do Contrato, bem como definiu que a PBH Ativos deveria providenciar a contratação de uma empresa especializada para prestação de serviços de consultoria, visando estabelecer uma metodologia de revisão de contratos de PPP, assim como o levantamento e análise de dados e informações corporativas para verificação da integridade das transações dos contratos, referentes ao cumprimento de obrigações conforme matriz de riscos, mensuração de desempenho, impactos na remuneração e penalizações, dentre outros aspectos contratuais, de forma a subsidiar o processo de análise do equilíbrio dos contratos nas revisões ordinárias e extraordinárias.

A contratação dos serviços foi realizada por meio de licitação, na modalidade pregão eletrônico (nº.:002/2022), do tipo menor preço, aferido pelo valor global, em sessão pública por meio da internet. O consórcio selecionado é formado pelas empresas: MRA- VALLYA-MOMENTUM. O contrato celebrado com o consórcio possui o valor global de R\$2.375.000,00 e foi assinado em maio de 2023, com vigência de 60 meses a partir da data de assinatura. Ao fim do processo de revisão e dos trabalhos da consultoria, espera-se ter uma metodologia de revisão dos contratos de PPP, validada pelo caso da PPP HMDCC.

No que diz respeito a execução do Contrato da PPP APS, a PBH Ativos foi responsável por realizar o Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato, feito necessário para a celebração do 9º, 10º, 11º e do 12º Termo Aditivo ao Contrato. Acerca do objeto dos Termos Aditivos celebrados, destaca-se que:

- O 9º Termo Aditivo foi responsável pelo Reequilíbrio Econômico-Financeiro em decorrência da inclusão de sistemas de climatização e ventilação mecânica nos Centros de Saúde reconstruídos por meio da PPP APS. As intervenções de infraestrutura necessárias para a instalação dos equipamentos foram iniciadas ainda em 2023, com previsão de conclusão das instalações até agosto de 2024.
- O 10º Termo Aditivo foi responsável pelo Reequilíbrio Econômico-Financeiro em decorrência da conclusão dos estudos complementares com vistas à atualização do projeto de construção da Central de Material Esterilizado e Laboratório (CME/Laboratório).
- O 11º Termo Aditivo foi responsável pela adequação da cláusula de garantia do contrato em virtude da interrupção do Fluxo de Direitos Creditórios das Debêntures Subordinadas e da constituição do valor complementar da Garantia Tipo 2, bem como o Saldo Mínimo de Crédito Garantido previsto no Anexo III do Contrato de Penhor, pelo Município, com o objetivo de manter o cumprimento de suas obrigações.

- O 12º Termo Aditivo foi responsável pelo Reequilíbrio Econômico-Financeiro em decorrência da inclusão de novos 09 (nove) Centros de Saúde ao escopo do Contrato, totalizando 59 unidades na capital. São eles: CS Independência (Barreiro), CS Diamante (Barreiro), CS Heliópolis (Norte), CS Dom Orione (Pampulha), CS Itamarati (Pampulha), CS Alameda dos Ipês (Venda Nova), CS Céu Azul (Venda Nova), CS Nova York (Venda Nova) e CS Minas Caixa (Venda Nova).

Em linha às novas diretrizes do Município de acompanhamento da execução dos contratos de PPP, ambos vinculados a Secretaria Municipal de Saúde foram os primeiros a contar com o acompanhamento mais próximo da PBH Ativos, que realizou ao longo do segundo semestre reuniões de "Ponto de Controle" para monitoramento das pautas prioritárias e eventuais demandas.

c) Infraestrutura

I - Na Parceria Público-Privada da Iluminação Pública (PPP da IP), a PBH Ativos presta assessoramento técnico à Secretaria Municipal de Obras/Superintendência de Desenvolvimento da Capital. Foi celebrado Termo Aditivo para ampliação de pontos de iluminação pública no município de Belo Horizonte.

II - No projeto das Energias Renováveis, que busca a utilização de energia fotovoltaica pela Administração Pública por meio de locação de Sistemas de Geração Distribuída (SGD), a PBH Ativos atua como estruturadora do projeto do Município, quem tem como objetivo a geração de uma economia nas despesas de energia elétrica se suas unidades consumidoras se valendo da ampliação do uso de energia limpa.

d) Gastronomia e Cultura

Na concessão dos Mercados Municipais (Mercado Distrital de Santa Tereza e Feira Coberta do Padre Eustáquio em uma licitação e, Mercado Distrital do Cruzeiro e Central de Abastecimento Municipal / Feira Coberta do bairro São Paulo, em outra) modelada pela a PBH Ativos, a empresa seguirá prestando assessoramento técnico à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, agora na fase de execução dos contratos.

e) Lazer e Turismo

I - Na concessão do Parque das Mangabeiras, a PBH Ativos além da modelagem, seguirá prestando assessoramento técnico à Fundação Municipal de Parques e Zoobotânica.

II – Após a condução do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) e realização de uma Consulta Pública, a PBH Ativos apoiou a Fundação Municipal de Parques e Zoobotânica elaborando a modelagem dos documentos referenciais para a licitação da concessão para a “gestão, reforma, requalificação e manutenção do Jardim Zoológico, Jardim Botânico e Aquário do Rio São Francisco”.

III – Em 2024, a PBH Ativos prevê a celebração de termo de cooperação técnica entre a Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A – BELOTUR, que tem por objeto a cooperação entre as partes para estruturação de projeto de Permissão de Uso Onerosa do “Centro de Atendimento ao Turista – Veveco”, para exploração de serviços que corroborem com as políticas municipais de turismo.

f) Esportes e Lazer

Nas concessões dos Campos de Futebol, por meio do Programa Várzea Viva, além das modelagens, a PBH Ativos presta assessoramento técnico à Secretaria Municipal de Esportes, nas fases de licitação e execução dos contratos.

O programa Várzea Viva, desenvolvido pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) em 2017, por meio da Secretaria de Esportes e Lazer (SMEL), tem como finalidade a requalificação dos espaços onde estão localizados os campos de futebol do município, por meio de parcerias com a iniciativa privada.

O programa pode ser dividido em duas fases, sendo que a primeira foi formalizada por meio de Permissão de Uso Onerosa e a segunda por meio de Concessão de Uso.

Na primeira fase, por meio de Permissão de Uso Onerosa, dois campos deram início ao processo de requalificação tendo sido contemplados sob estes moldes os campos do Inconfidência e Santa Cruz.

Com o sucesso da experiência, em uma segunda fase, o programa foi aprimorado e passou a ser celebrado por meio de contratos de Concessão de Uso, via processo licitatório conduzido pela Secretaria Municipal de Fazenda (SMFA). Sob esse formato, os seguintes campos foram modelados e licitados:

- Campo Reunidos
- Campo Morro das Pedras
- Campo Betânia
- Campo Jonas Veiga
- Campo Mineirinho
- Campo Morada do Sol
- Campo Racing
- Complexo Esportivo Salgado Filho

Além dos supracitados, há 02 (dois) campos em fase de licitação:

- Campo Santa Mônica
- Campo do Matadouro

Além disso, há previsão para concessão de 04 (quatro) Campos de Futebol adicionais em 2024, sendo:

- Campo Santa Terezinha
- Campo Telê Santana
- Campo Estrela Azul
- Campo São José Operário

O programa, que consiste na reforma completa do equipamento esportivo, busca transformar a área do campo para além de um espaço esportivo atendendo as demandas da comunidade local e transformando-o também em um espaço de convivência e lazer. Isso é feito por meio da definição dos investimentos obrigatórios (gramado sintético, iluminação em LED, vestiários, sistemas de drenagem e outros) e também por meio dos investimentos facultativos (bares e lanchonetes, lojas de artigos, playgrounds, pistas de caminhada e outros). Ou seja, o espaço público é licitado e concedido ao privado por meio outorga onerosa, resguardando os interesses e contrapartidas sociais da comunidade onde está inserido.

g) Programa de Requalificação do Centro de Belo Horizonte

No âmbito desse Programa, a PBH Ativos tem como atribuição:

I - Modelagem e entrega dos documentos referenciais para a licitação da concessão de banheiros públicos (Depende de lei);

II - Modelagem e entrega dos documentos referenciais para a licitação de permissões de uso dos equipamentos do Parque Municipal Américo René Giannetti;

III - Modelagem e entrega dos documentos referenciais para a licitação da concessão dos baixios de viaduto:

- Em julho de 2023, foi publicado o edital de Procedimento Preliminar de Manifestação de Interesse com o propósito de recebimento de propostas para ocupação de 5 (cinco) baixios de viaduto (Baixios A e B do Viaduto Leste, Baixio do Viaduto Nansen Araújo, Baixio do Viaduto Sarah Kubitschek, Baixio do Viaduto Pedro Aginaldo Fulgêncio);
- O edital permanece aberto para recebimento de propostas até abril de 2024, com possibilidade de prorrogação do prazo, a critério da Administração Municipal;
- Até o presente momento, foi protocolada uma proposta para o Baixio B do Viaduto Leste, situado em frente ao Shopping Oiapoque;
- Após análise da Comissão dos Baixios de Viaduto, a proposta encontra-se em revisão;

#### h) Startups

I- Ao final do segundo semestre de 2023, foi celebrado um Termo de Mútua Cooperação, entre a PBH Ativos S.A. e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE), com a interveniência da Secretaria Municipal de Fazenda (SMFA) e da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte (PRODABEL), para a estruturação de Programa de ciclos de inovação para resolver demandas públicas que exijam solução inovadora com emprego de tecnologia. A PBH Ativos ficará responsável por sua estruturação, em observância ao disposto na Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, que instituiu o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador.

II- O Programa propõe, através de um Edital, selecionar startups que já testaram e validaram seus produtos e têm um negócio sustentável, conhecidas como *scale-up*, já maduras para o próximo estágio de investimentos. Além da aplicação da solução tecnológica para resolver as demandas públicas, a PBH Ativos espera, a longo prazo, se estruturar como um hub de inovação, a fim de:

- a) apoiar e desenvolver novas ideias e negócios
- b) criar a conexão com investidores para a captação de recursos
- c) aproximar de empresas e empreendedores para facilitar a captação de clientes e fornecedores.

III- Considerando a publicação do Decreto No 18.342, de 14 de junho de 2023, que dispõe sobre a política de inovação aberta da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a PBH Ativos S.A. poderá realizar aportes de capital via instrumentos conversíveis em participação no capital social (contrato de opção de compra de ações: contrato de opção de subscrição de participação social entre a PBH Ativos e as Proponentes).

IV- Além dos recursos financeiros, a PBH Ativos poderá aportar contribuições não financeiras, como insights de especialistas, mentoria, visibilidade, networking para a prospecção de oportunidades comerciais, de novos investimentos e de parcerias estratégicas.

V- O primeiro Programa denominado “Ciclo de Inovação” terá a duração de, aproximadamente, 1 (um) ano e selecionará até 10 (dez) startups para 5 (cinco) demandas (“desafios”) selecionados do Município de Belo Horizonte.

i) Estacionamento rotativo

A PBH Ativos atuou na atualização dos estudos de viabilidade para distribuição/comercialização digital do cartão de estacionamento rotativo digital e a estruturação de projeto para efficientização da fiscalização do serviço de estacionamento rotativo, no município de Belo Horizonte/MG, sob demanda da Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte e da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte. A entrega da versão final dos documentos foi realizada em 1º de dezembro de 2023.

6. Comentários dos administradores

A PBH Ativos desempenha um importante papel no Município de Belo Horizonte viabilizando projetos de grande impacto para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar de todos os munícipes, uma vez que compete à Empresa:

- auxiliar o Município em projetos de concessão ou de parceria público-privada, podendo, para tanto, dar garantias ou assumir obrigações;

- licitar ou realizar obras mediante celebração de convênio ou contrato com órgãos ou entidades da Administração Direta ou Indireta do Município;
- auxiliar, gerenciar ou realizar obras licitadas por outros órgãos ou entidades da administração direta e indireta do Município;
- captar recursos ou estruturar operações que possibilitem a quitação, o refinanciamento e, dentre outros, buscar a redução do montante ou a diminuição dos encargos da dívida pública do Município;
- auxiliar o Município de Belo Horizonte, nos limites permitidos do Decreto No 18.342, de 14 de junho de 2023, que dispõe sobre a política de inovação aberta da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral, agindo somente no sentido de complementar as políticas públicas deliberadas pelos órgãos competentes.

A empresa apoia o Município também na gestão das parcerias em andamento, sendo ainda Secretária Executiva do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas – CGP, nos termos do Decreto Municipal nº 16.694/2017.

Quanto aos projetos de novas concessões e parcerias do Município de Belo Horizonte, a PBH Ativos auxilia em sua estruturação jurídica e econômico-financeira, sendo contratada ou conveniada para tanto, nos termos do parágrafo único do artigo 2º da Lei Municipal n. 10.003/2010.

Os ganhos experimentados pela população com o trabalho desenvolvido pela Empresa reforçam e consolidam a importância e aderência do objeto social da Companhia com os objetivos perseguidos pela Administração Pública municipal.

A PBH Ativos reforça seu objetivo de, em 2024 fortalecer seu compromisso com o Município de Belo Horizonte desenvolvendo as atividades estabelecidas em seu objeto social com excelência, inovação e eficiência, ferramentas importantes para o desenvolvimento sustentável de Belo Horizonte.

A expectativa é a de manter a boa atuação durante todo o ano, buscando ampliar seus negócios para sua manutenção nos próximos exercícios, sempre com amparo em seus valores: ética, comprometimento, excelência, inovação, governança e transparência.

## 7. Estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos

A administração da PBH Ativos é responsável por estabelecer e manter um ambiente de controles internos adequado.

Enquanto sociedade anônima de capital fechado integrante da Administração Indireta, a companhia é submetida à legislação societária pertinente, em especial as Leis Federais n. 6.404/1976 e n. 13.303/2016, e às imposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

No âmbito do municipal, segue as diretrizes do Comitê de Coordenação de Empresas Estatais (CCEE), que traça diretrizes e estratégias para as empresas estatais que possuem participação acionária do Município de Belo Horizonte, em conformidade com os termos do Decreto Municipal n. 16.729/2017.

A Companhia atua no sentido de atender às melhores práticas de governança corporativa<sup>3</sup>, o que inclui o compromisso com a transparência, que orientam a gestão e os empregados.

Quanto à gestão dos riscos na PBH Ativos, o principal objetivo é a redução da materialização de eventos que possam vir a impactar negativamente os objetivos estratégicos e a perenidade da Empresa, de modo que vem focando atualmente na busca de novos negócios.

Durante o ano de 2023 ocorreu o monitoramento e acompanhamento da gestão de riscos da Companhia, em especial o voltado para a manutenção da independência financeira, o que deve prosseguir em 2024.

Na rotina operacional da Companhia, cada unidade procede aos seus controles internos, podendo citar: contratos e convênios, processos judiciais (inclusive com provisionamento contábil-financeiro), pagamentos, gestão de fluxo de caixa, contábil e outros. A gestão administrativa, contábil e financeira da PBH Ativos é executada por meio de Sistema de Gestão Integrado, garantindo maior segurança e controle nas rotinas operacionais.

Os riscos de integridade são tratados no âmbito do Programa de Fomento à Integridade Pública, de iniciativa da Controladoria Geral do Município (CTGM), ao qual a PBH Ativos aderiu e é amparado no Código de Ética e Integridade e na Política de Integridade e Anticorrupção. Nessa seara, a PBH Ativos possui o selo de participante do “Programa Nacional de Prevenção à Corrupção”, de iniciativa da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), com coordenação e execução da Rede de Controle nos Estados, patrocinada pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

---

<sup>3</sup> <https://www.ibgc.org.br/>



Em atenção ao Decreto Municipal n. 18.337/2023, a PBH Ativos elaborou um plano de ação para promover a Integridade e a Ética no ambiente de trabalho. Pensando em gestão de riscos de integridade, uma campanha foi construída em observância aos princípios e fundamentos da ética, com as seguintes ações:

- a) Difundir, de forma contínua, as diretrizes do código de conduta, políticas e procedimentos internos da Companhia;
- b) Ampliar a comunicação interna, estabelecendo canais eficazes de comunicação para divulgação de assuntos de ética e integridade através de Boletins Informativos e Mensagens Diretas Periódicas (“Pílulas”), ambos com foco no assunto da Ética e Integridade, para criar conexão dos Colaboradores com o tema, além de mensagens motivacionais, dicas de trabalho, LGPD e de segurança de informação;
- c) Divulgar de forma constante o Canal de Denúncias da PBH Ativos, o seu objetivo e funcionalidade;
- d) Promover Webinars com palestrantes externos e realizar pesquisas interativas sobre o código de conduta, as políticas, procedimentos e leis aplicáveis;
- e) Promover momentos de diálogos transparentes, frequentes e produtivos entre os gestores e colaboradores, como por exemplo a reunião 1 x 1 realizada entre os gestores e seus subordinados;
- f) Realizar acompanhamento periódico com colaboradores e gestores; identificar/avaliar condutas e práticas inadequadas.

## 8. Fatores de Risco

Os riscos, uma vez identificados, são analisados e tratados pela PBH Ativos. Aqueles que merecem mais destaque são regularmente submetidos ao Conselho de Administração, sendo que o de maior relevância envolve a análise da perenidade da Companhia, tendo em vista o término da operação de securitização em 2023 e a necessidade de celebração de novos negócios.

## 9. Remuneração

A remuneração dos empregados e Administradores da sociedade é norteada pela remuneração aplicada aos agentes públicos e empregados do Município de Belo Horizonte, não obstante, conforme já explicitado, a Empresa ser independente do Tesouro Municipal, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Municipal nº 10.003/2010.

A remuneração dos empregados observa acordos e/ou convenções coletivas de trabalho celebradas anualmente, seguindo também as diretrizes do Comitê de Coordenação de Empresas Estatais (CCEE), nos termos do Decreto Municipal n. 16.729/2017.

A Assembleia Geral fixa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria, do Conselho Fiscal. Já o Conselho de Administração fixa a Política de Gestão de Pessoas, aprova concursos, o quadro de pessoal e as tabelas de remuneração dos empregados. Isso em conformidade com as Leis Federais n. 6.404/1964 e n. 13.303/2016, bem com o §1º do art. 11 da Lei Municipal n. 10.003/2010.

O regime de trabalho dos empregados é celetista, sendo assegurado aos Diretores eleitos Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, gratificação natalina, férias, inclusive indenizadas e eventuais benefícios, como vale-refeição ou alimentação, nos termos da lei, sujeito ainda ao recolhimento previdenciário, nos termos Estatutários.

A remuneração dos administradores, conselheiros fiscais e empregados são divulgadas no site institucional<sup>4</sup>.

#### 10. Outras informações relevantes sobre objetivos de políticas públicas

É relevante destacar que a PBH Ativos, enquanto empresa estatal, não tem competência direta para executar políticas públicas, conforme sua lei de criação, Lei Municipal nº 10.003/2010.

---

<sup>4</sup> Disponível em <https://pbhativos.com.br/transparencia/remuneracao-de-colaboradores/>

## CAPÍTULO II - DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

### 1. Atividades desenvolvidas

A PBH Ativos é a empresa que tem, como função precípua, viabilizar políticas públicas da Administração Pública, desenvolvendo, principalmente, as seguintes atividades:

- a) estruturar e gerir a operação de securitização de recebíveis para o Município;
- b) realizar estudos de modelagem de projetos;
- c) constituir garantias nos contratos de parcerias público-privadas assinados pela Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal n. 11.079/2004.

Como resultado das atividades desenvolvidas, as Receitas Operacionais foram contabilizadas como resultado dos trabalhos desenvolvidos pela Companhia, conforme demonstrações contábeis em dezembro de 2023, que totalizaram R\$ 29,9 milhões, em decorrência da atualização do saldo devedor dos créditos a receber no longo prazo e também das amortizações recebidas do fluxo de direitos creditórios de janeiro a junho, no valor de R\$ 8.549.089,32 e do fluxo da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA/MG de janeiro a dezembro, no montante de R\$23.835.424,82. As Receitas Financeiras líquidas totalizaram R\$ 38,2 milhões, no ano de 2023, e decorrem basicamente de aplicações financeiras. Já o Lucro Líquido contábil apurado foi de R\$ 42,4 milhões.

A disponibilidade de caixa livre em dezembro de 2023 no valor de R\$ 102,9 milhões garante à PBH Ativos cumprir seus compromissos financeiros, como pagamentos de fornecedores, salários, impostos e outras despesas operacionais. Isso contribui para a saúde financeira e a continuidade das operações da Empresa.

### 2. Estrutura de controles internos e gerenciamento de risco

As questões estratégicas concernentes ao processo de gestão de riscos corporativos são de competência do Conselho de Administração, que é o órgão responsável por definir o nível de apetite ao risco na condução dos negócios, implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos institucionais e de

controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a Sociedade, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos.

A Diretoria, por sua vez, propõe ao Conselho de Administração o nível de apetite ao risco da Empresa, sempre comprometida com a implementação das estratégias e diretrizes da Sociedade respeitando as melhores práticas de governança corporativa e políticas internas, patrocinando, ainda, a implantação da gestão de riscos operacionais da sociedade alocando recursos necessários às atividades de gerenciamento de riscos.

As ações da alta administração ainda são fiscalizadas pelo Conselho Fiscal, nos termos da Lei Federal 6.404/1976 e Estatuto.

A Companhia conta com auditoria independente, contratada mediante licitação que realiza o acompanhamento da gestão e a auditoria do balanço semestralmente.

Em sua rotina operacional, cada unidade da Empresa possui controles internos, podendo citar: contratos e convênios, processos judiciais, pagamentos e outros.

A Empresa segue utilizando o sistema de ERP Protheus, que otimiza os processos e é adaptado às necessidades específicas da PBH Ativos. Os aprendizados ao longo desse processo incluem compreensão das operações, adaptação as mudanças no ambiente tecnológico, identificação de pontos de melhoria e aprimoramento contínuo.

O modelo de controle e gestão dos processos e rotinas sistêmicas abrange desde o processo de contratação de Produtos e Serviços, Folha de Pagamento, Contas a Receber e Contas a Pagar, Gestão Orçamentária, Contabilização e Registros Fiscais.

No âmbito do controle externo, a PBH Ativos participa de audiência pública, anualmente, perante as Comissões de Administração Pública ou Orçamento e Finanças Públicas da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Além disso, a Secretaria Municipal de Fazenda, órgão ao qual a PBH Ativos está tecnicamente vinculada, a Controladoria Geral do Município e o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais procedem à fiscalização pontual das atividades da Empresa, sempre que entendem necessário.

### 3. Fatores de risco

No desenvolvimento de suas atividades a PBH Ativos identificou como principal risco atual a performance financeira para a manutenção da sua independência do Tesouro.

### 4. Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho

O Conselho de Administração entende que a PBH Ativos vem atuando satisfatoriamente, com propriedade técnica, na consecução dos seus objetivos sociais, considerando, em especial:

- a) Securitização: O cronograma da amortização das debêntures subordinadas foi cumprido em 03 de abril de 2023, totalizando o valor de R\$ 202.834.101,04 em seu encerramento.
- b) Garantias nas PPPs: a PBH Ativos garante os contratos de concessão administrativa da Educação, do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro e da Atenção Primária, nos valores de R\$6,9 milhões, R\$150,2 milhões e 28,6 milhões, respectivamente, em 31/12/2023.
- c) Modelagem de projetos: realizada em conformidade com o Contrato de Metas 2022/2023 celebrado com o Município, oportunidade em que a empresa é ressarcida pelos trabalhos desenvolvidos cuja metodologia de cobrança foi deliberada pelo Conselho de Administração.

### 5. Políticas e práticas de governança corporativa

Em atenção às boas práticas de governança corporativa, a PBH Ativos observa uma série de políticas, aplicáveis conforme o enquadramento da Companhia em estatal de maior ou de menor porte:

- a) Código de Conduta Ética e de Integridade (revisado 2023)
- b) Política de Classificação de Informações
- c) Política de Distribuição de Dividendos
- d) Política de Gestão de Pessoas

- e) Política de Gestão de Riscos
- f) Política de Integridade e Anticorrupção (revisada em 2023)
- g) Política de Porta Vozes
- h) Política de Divulgação de Informações
- i) Política de Transação com Partes Relacionadas (revisada em 2022)
- j) Política de Indicação e Avaliação (revisada 2023)
- k) Programa de Integridade (revisado em 2023)
- l) Política de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)
- m) Política de Combate ao Assédio
- n) Plano de Integridade
- o) Plano de Comunicação

Além disso, são observados os Regimentos da Diretoria Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que aprimoram o funcionamento dessas instâncias. Outros instrumentos basilares de atuação da PBH Ativos são o Estatuto e o Regimento Interno (revisado em 2022).

O Código de Conduta Ética e de Integridade da PBH Ativos estabelece os princípios e normas de conduta aplicáveis aos agentes vinculados de qualquer forma e período à PBH Ativos, com o objetivo de disseminar valores éticos, de lisura e integridade, inclusive à alta administração.

Observa-se, ainda, atenção para com os canais de denúncia e preocupação da Companhia com a proteção do anonimato, bem como, com mecanismos que impeçam qualquer espécie de retaliação ao possível denunciante. Até a data de assinatura desta, não foram observadas denúncias pelos canais da companhia.

Todas essas políticas e ações prezam pela transparência, equidade, prestação de contas (accountability) e responsabilidade corporativa, que são princípios basilares para a governança da PBH Ativos.

A PBH Ativos faz parte do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção – PNPC e busca aprimorar cada vez mais seus padrões de integridade, implementar as boas práticas de prevenção, detecção, investigação, correção, monitoramento e transparência.

No aspecto transparência, a Companhia também executou o Plano de Dados Abertos<sup>5</sup> (PDA 2021-2022) e atualizará o PDA para o próximo biênio 2023-2024. Referido Plano contempla o planejamento para publicação de dados, em formato aberto, de dados públicos produzidos ou custodiados nos sistemas de informação da PBH Ativos.

O PDA é monitorado mensalmente pela Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte - Prodabel, que acompanha estatísticas de acessos, páginas mais visitadas, localização dos usuários

Como participante do Programa de Fomento à Integridade Pública e à Gestão de Riscos, a PBH Ativos está em constante treinamento oferecido pela Controladoria Geral do Município.

Em relação ao BH Digital, a Companhia recebeu, em 2023, 20 (vinte) demandas, sendo essas respondidas no prazo determinado pela referida lei.

Visando aprimorar os seus processos internos em conformidade com a Gestão da Qualidade, a PBH ATIVOS S/A busca melhoria contínua em todos os âmbitos de sua atuação - apoiada por uma consultoria externa - com foco no eixo Qualidade, objetivando alavancar o progresso da Cia.

Sempre atenta às melhores práticas de governança corporativa, a implementação do **Projeto de Melhoria nas Práticas de Gestão** resultará num conjunto de benefícios para a empresa, entre os quais destaca-se: i) ampliação das competências técnicas e comportamentais de seus agentes públicos; ii) maior engajamento dos agentes públicos na condução dos projetos; iii) redução nos prazos de entrega dos serviços; iv) aumento da eficácia nos processos; v) mapeamento e modelagem de processos; vi) sistematização de uma Política de Qualidade orientada na eficácia e redução dos custos.

Esta iniciativa reafirma o compromisso da PBH ATIVOS S/A com a qualidade, pois, promove a satisfação de seus agentes públicos internos e entidades parceiras da Administração direta e indireta do Município.

---

<sup>5</sup> Disponível em <https://pbhativos.com.br/transparencia/dadosabertos/>

## 6. Descrição da composição e da remuneração da administração<sup>6</sup>

Como já informado, a remuneração dos Administradores da sociedade é norteadada pela remuneração aplicada aos agentes públicos do Município de Belo Horizonte, não obstante a Empresa ser independente do Tesouro Municipal, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Municipal nº 10.003/2010.

A Assembleia Geral fixa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria, do Conselho Fiscal. Já o Conselho de Administração fixa a Política de Gestão de Pessoas, aprova concursos, o quadro de pessoal e as tabelas de remuneração dos empregados. Isso em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/1964 e 13.303/2016, com o §1º do art. 11 da Lei Municipal n 10.003/2010, e com as diretrizes do Comitê de Coordenação de Empresas Estatais (CCEE), nos termos do Decreto Municipal n. 16.729/2017.

É assegurado aos Diretores eleitos o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, gratificação natalina, férias, inclusive indenizadas e eventuais benefícios, como vale-refeição ou alimentação, nos termos da lei, sujeito ainda ao recolhimento previdenciário, nos termos Estatutários.

<b>Nome</b>	<b>Remuneração do cargo (R\$ em 31/12/2023)</b>
<b>Conselheiros de Administração em exercício</b>	
Adriana Branco Cerqueira	4.907,72
André Abreu Reis	4.907,72
Daniel da Cunha Messias Roque	4.907,72

<sup>6</sup> Disponível em <https://pbhativos.com.br/transparencia/remuneracao-de-colaboradores/>



João Antônio Fleury Teixeira	4.907,72
Josué Costa Valadão	4.907,72
Leonardo de Araújo Ferraz	4.907,72
Leonardo Hissa Dias do Vale	4.907,72
Leonardo Maurício Colombini Lima	4.907,72
Pedro Meneguetti	- <sup>7</sup>
<b>Diretores em exercício</b>	
Pedro Meneguetti	23.184,71
Soraya de Fatima Mourthé Marques	19.032,23
Daniel Rodrigues Nogueira	28.112,48 <sup>8</sup>

<sup>7</sup> A partir do mês de Agosto/2022, por conta de alteração do Estatuto Social da PBH Ativos, deixou de ser devida remuneração mensal ao Diretor-Presidente pelo exercício da função de Conselheiro, quando este ocupar vaga no Conselho de Administração.

<sup>8</sup> Remuneração do órgão de origem: R\$ 16.693,13. 60% do cargo de comissão para exercício de Diretoria, se cedido: R\$ 11.419,35

**PBH ATIVOS S.A.**

Balanças patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)



<b>Ativo</b>				<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
	<b>Notas</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>		<b>Notas</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	102.953	125.891	Debêntures	12	6.056	199.241
Aplicações vinculadas	8	6.056	5.498	Fornecedores		231	72
Créditos a receber	5	24.227	216.785	Impostos e obrigações a recolher	13	395	424
Impostos a recuperar	6	4.893	1.458	Salários, remunerações e encargos sociais	14	559	453
Outros ativos		-	8	Provisões trabalhistas	15	629	361
		<b>138.129</b>	<b>349.640</b>	Outros passivos		1	185
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>				<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Créditos a receber	5	169.345	190.195	Contingência fiscal	7	-	28.149
Depósitos judiciais	7	-	28.149	Garantias e cauções passivas	9.2	8	5
Garantias	9.1	185.920	169.932	Tributos diferidos	21.1	32.119	76.172
Créditos fiscais	21.2	-	8.203			<b>32.127</b>	<b>104.326</b>
Bens destinados à venda	10	10.010	10.010	<b>Patrimônio líquido</b>			
Imobilizado/Intangível	11	29.714	29.615	Capital social	16.1	284.280	284.280
		<b>394.989</b>	<b>436.104</b>	Reserva de lucros	16.2	208.840	196.402
						<b>493.120</b>	<b>480.682</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>533.118</b>	<b>785.744</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>533.118</b>	<b>785.744</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**PBH ATIVOS S.A.**

Demonstrações do resultado do exercício  
Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)



	<b>Notas</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Receitas	17	29.901	75.262
Custos	18	(11.208)	(21.502)
<b>Lucro bruto</b>		<b>18.693</b>	<b>53.760</b>
Despesas com pessoal		(6.526)	(4.278)
Despesas administrativas		(4.069)	(3.600)
Despesas tributárias	19	(9.673)	(6.610)
Atualização depósitos judiciais	7	-	2.460
Outras receitas e despesas operacionais		233	116
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>(20.035)</b>	<b>(11.912)</b>
		<b>(1.342)</b>	<b>41.848</b>
Receitas financeiras	20	38.864	33.455
Despesas financeiras		(669)	(761)
<b>Receitas financeiras líquidas</b>		<b>38.195</b>	<b>32.694</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>36.853</b>	<b>74.542</b>
Imposto de Renda e CSLL	21	(30.264)	(11.945)
Provisão Imposto diferidos	21.1	44.052	(9.767)
Reversão crédito fiscal sobre compensação de prejuízo	21.2	(8.203)	(5.131)
		<b>5.585</b>	<b>(26.844)</b>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>42.438</b>	<b>47.698</b>
<b>Lucro líquido do período por ação</b>		<b>1,29</b>	<b>1,45</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

**PBH ATIVOS S.A.**

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)



---

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	42.438	47.698
Outros resultados	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>42.438</b>	<b>47.698</b>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

**PBH ATIVOS S.A.**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)



	Notas	Capital social	Reservas de lucros		Lucros/prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Lucros a destinar		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>284.280</b>	<b>10.295</b>	<b>138.409</b>	-	<b>432.984</b>
Lucro líquido do período		-	-	-	47.698	<b>47.698</b>
Transferências para reservas			2.385	45.313	(47.698)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>284.280</b>	<b>12.680</b>	<b>183.722</b>	-	<b>480.682</b>
Lucro líquido do período	16.2.b	-	-	-	42.438	<b>42.438</b>
Transferências para reservas	16.2	-	2.121	40.317	(42.438)	-
Juros sobre o capital próprio				(30.000)		<b>(30.000)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>284.280</b>	<b>14.801</b>	<b>194.039</b>	-	<b>493.120</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis..

**PBH ATIVOS S.A.**

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)



	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>42.438</b>	<b>47.698</b>
<b>Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>		
Depreciação e amortização	60	41
Variação monetária líquida	(7.076)	(10.919)
Ajuste a valor justo	(9.944)	(38.702)
Provisão de Impostos diferidos	(44.052)	9.767
Provisão para contingências	983	6.362
Créditos fiscais	8.203	5.131
Juros reconhecidos sobre créditos a receber	(672)	(3.619)
Ajuste do contas a receber	26	-
	<b>(10.034)</b>	<b>15.759</b>
<b>Aumento líquido/(redução) nos ativos</b>		
Recebimento de créditos	40.039	81.971
Impostos a recuperar	(3.435)	(1.052)
Aplicações vinculadas	(558)	(482)
Créditos a receber	(35)	(27)
Outros Ativos Circulantes	8	(6)
Realizável a Longo Prazo	(16.971)	(31.430)
	<b>19.048</b>	<b>48.974</b>
<b>Aumento líquido/(redução) nos passivos</b>		
Fornecedores	160	22
Impostos e obrigações a recolher	(29)	49
Obrigações sociais e trabalhistas	106	107
Provisões trabalhistas	268	59
Garantias contratuais	3	-
Outros Passivos	(184)	118
	<b>324</b>	<b>355</b>
<b>Caixa líquido gerado das atividades operacionais</b>	<b>9.338</b>	<b>65.088</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição imobilizado/intangíveis	(159)	0
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(159)</b>	<b>0</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	(30.000)	0
Amortização de debêntures	(2.117)	(41.476)
<b>Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamentos</b>	<b>(32.117)</b>	<b>(41.476)</b>
<b>(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(22.938)</b>	<b>23.612</b>
Caixas e equivalentes no início do período	125.891	102.279
Caixas e equivalentes no final do período	102.953	125.891
<b>(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(22.938)</b>	<b>23.612</b>

## **1. Contexto operacional**

A PBH Ativos é uma sociedade de economia mista registrada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 29 de março de 2011, com prazo de duração indeterminado, detendo o Município de Belo Horizonte/MG a quase totalidade de suas ações, tendo como objetivo, principalmente, titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros; auxiliar o município na realização de investimentos em geral e em projetos de concessão ou parceria público privada, podendo para tanto dar garantias ou assumir obrigações; licitar ou realizar obras mediante convênio ou contrato com órgãos ou entidades da Administração Pública Indireta do Município.

### **1.1 Suspensão de pagamentos das debêntures emitidas pela PBH Ativos, por decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG**

A Representação nº 1.024.572 foi interposta em outubro de 2017 em face do Município de Belo Horizonte e da PBH Ativos S.A., em razão de supostas irregularidades relacionadas ao processo de emissão de debêntures e ao procedimento de captação de recursos via emissão de debêntures.

Alega-se a existência de indícios de que a taxa de remuneração das debêntures de mercado emitidas pela PBH Ativos S.A. em abril de 2014, adquiridas, em sua integralidade, pelo Banco BTG Pactual, teria sido fixada em desconformidade com as condições de mercado vigentes à época da realização da operação, o que poderia, caso confirmado, ter ensejado danos ao erário.

Em razão disso, o Tribunal Pleno do TCE/MG referendou a decisão do Relator do referido processo, que determinou a adoção de medida cautelar, para que os valores relativos à amortização das debêntures de mercado não fossem pagos diretamente aos debenturistas, mas depositados em conta apartada, com aplicação financeira com liquidez diária, de acordo com o prazo do cronograma de amortização da operação, até a emissão de uma decisão de mérito pela Corte de Contas.

Na oportunidade, a Corte de Contas destacou que a concessão da medida não representa declaração de ilegalidade ou invalidade de quaisquer dos contratos relacionados à emissão das debêntures pela PBH Ativos, o que afastou a possibilidade de o Agente Fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários) declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às debêntures com garantia real.

Nesse contexto, destaca-se que a referida decisão proibiu que o Banco Centralizador (Banco do Brasil S.A.) e o Agente Fiduciário interrompessem qualquer transferência para a conta de livre movimentação e que retivessem valores das contas vinculadas, permanecendo a amortização das debêntures subordinadas sem qualquer impacto.

Cabe mencionar que, embora em razão das medidas cautelares determinadas pelo TCE/MG o Rating Nacional de Longo Prazo da segunda emissão de debêntures seniores da PBH Ativos tenha sido rebaixado em 18/08/2020, a operação contava à época com 10 parcelas a vencer, até abril/2021, incluída a parcela de julho/2020 e o saldo residual em 15/07/2020 era de R\$ 4.572 mil incluída a parcela de julho/2020. Desde a decisão, o agente fiduciário não realizou nenhuma amortização das debêntures, mesmo que a operação contasse com recursos suficientes para a sua quitação integral, já depositados na conta bancária específica, como determinado pela medida cautelar do Tribunal Pleno do TCE/MG.

Os autos do processo administrativo em tela se encontram em sede de exame de recursos

pelo Tribunal Pleno do TCE/MG.

Em 18/04/2021, a Fitch retirou o Rating Nacional de Longo Prazo 'Dsf(bra)' da segunda emissão de debêntures da PBH Ativos, porque as debêntures, que estão em situação de inadimplência desde julho de 2020, atingiram seu vencimento final em 15 de abril de 2021 e não foram quitadas.

A Escritura das debêntures de 2ª emissão da PBH Ativos teve o seu cronograma de amortização encerrado em abril de 2021 e, embora a PBH Ativos tenha depositado integralmente as últimas parcelas (de julho/2020 até abril/2021), o Agente Fiduciário e o Banco Centralizador não transferiram o recurso ao debenturista de mercado em cumprimento à medida cautelar proferida pelo Tribunal Pleno do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG) no âmbito da Representação 1.024.572 - Apenso 1.031.793 (vide nota 12.2.1).

Referidas parcelas estão retidas (até a decisão dos recursos interpostos pelas partes), na conta número: 18.120, agência 1615-2, do Banco do Brasil ("contas de Pagamento"), o que representa um saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 6,1 milhões (R\$ 5,5 milhões em dezembro de 2022). Vide nota 8.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, as disposições da legislação societária previstas na Lei 6.404/76 e alterações posteriores e conforme as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), implantadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") contemplando ainda, as disposições contidas nas normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

### **2.1 Aprovação das demonstrações contábeis**

A emissão dessas Demonstrações Contábeis foi autorizada pela administração da PBH Ativos S.A. em 26/02/2024.

### **2.2. Base de mensuração**

As presentes demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos principais ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e posteriormente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

### **2.3. Moeda funcional**

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo.



#### **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas estão baseadas na experiência histórica e são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis serão reconhecidas no exercício em que as estimativas forem revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados, estão contemplados a seguir:

- Nota 5 – Contas a receber
- Nota 7 - Depósitos Judiciais, Contingências provisionadas e não provisionadas
- Nota 10 – Bens destinados à venda
- Nota 11 – Imobilizado
- Nota 21.1 – Provisão de IRPJ e CSLL sobre receita não realizada.
- Nota 21.2 -Créditos a compensar

#### **2.5 Continuidade operacional**

No cumprimento do seu objeto social, informa que as arrecadações provenientes da carteira do fluxo da COPASA, não sofreram impactos nos negócios da Companhia que compromettesse a garantia das PPP's a curto prazo e não há tendência de inadimplência a médio e longo prazo.

Em relação aos aspectos operacionais, a Companhia vem buscando atender o seu objeto social, que é a prestação de serviços de excelência à Administração Pública, oferecendo suporte técnico para a análise de viabilidade econômico-financeira e jurídica para projetos de concessão e Parcerias Público-privadas, por meio de soluções integradas, sempre comprometida com o crescimento econômico sustentável.

Os principais projetos que possibilitam à Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte executar políticas públicas e eficazes estão divulgados no site da PBH Ativos, cujo volume de negócios está atrelado aos critérios de oportunidade e conveniência do Executivo.

Com base nos fatos, esforços e circunstâncias existentes nesta data, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

### **3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

#### **3.1. Regime de competência**

A Companhia adota o regime de competência para registro de suas transações.

#### **3.2. Ajuste a valor presente (AVP)**

Permite a correção de julgamento acerca de eventos passados já registrados e traz melhorias na forma pela qual eventos presentes são reconhecidos.

No período apresentado, a Companhia não apresentou ajustes significativos em suas

demonstrações contábeis.

### **3.3. Ajuste a valor justo**

O valor justo dos ativos e passivos financeiros está avaliado pelo montante em que cada instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre as partes dispostas, com exceção de uma venda forçada ou liquidação.

### **3.4. Ajuste a valor recuperável de ativos**

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia deve avaliar se há indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos perderam representatividade econômica relevante. Se houver, a Companhia deve efetuar avaliação e reconhecer contabilmente eventuais desvalorizações.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não apresentou perdas significativas em seus ativos ou conjunto de ativos.

### **3.5. Caixa e equivalente de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa a curto prazo, e não para investimentos ou outros afins.

São fundos de investimentos de aplicações que acompanham a variação do CDI.

Compreendem saldos de caixa e aplicações financeiras de renda fixa com rentabilidade diária e sem carência para resgate, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo.

### **3.6. Créditos e/ou títulos a receber**

Os créditos e/ou títulos a receber são representados pelas seguintes operações:

#### **a) Créditos COPASA a receber**

Correspondem a créditos financeiros perante a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, inicialmente detidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PMBH) e que foram utilizados pela mesma para integralização de aumento de capital na PBH Ativos, passando está a deter os direitos sobre os citados créditos (nota nº 5.1).

#### **b) Direitos creditórios a receber**

Correspondem a valores relativos à integralização das debêntures emitidas em 1º de abril de 2014 pela Companhia, as quais foram totalmente subscritas pelo Município de Belo Horizonte, que, através da Lei Municipal nº 10.003 e da Lei Municipal 7.932 de 30 de dezembro de 1999, foi autorizado a ceder créditos autônomos para recebimento do fluxo de pagamentos decorrentes dos créditos tributários ou não tributários, vencidos e parcelados pelo contribuinte, que se encontram ou não inscritos em dívida ativa do Município (nota nº 5.2).

### **3.7. Ativo não circulante**

Compreende os valores cuja realização acontecerá após 12 (doze) meses da data do balanço patrimonial. Além disso, representa grupos de contas e aplicações financeiras

destinadas a cauções e garantias dadas pela PBH Ativos em contratos de Parcerias Público-Privadas do Município de Belo Horizonte, nos termos da Lei Federal nº 11.079/2004.

### **3.8. Bens destinados à venda e/ou negociações**

Correspondem a terrenos, adquiridos em abril de 2012, em processo de permuta por outros imóveis com o Município de Belo Horizonte (nota nº 10).

### **3.9. Ativo imobilizado**

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

#### **a) Reconhecimento e mensuração**

O imobilizado da Companhia composto por bens móveis está registrado inicialmente pelo custo de aquisição. Não ocorreram até o momento fatores que indiquem que a vida útil, valor residual ou mudança tecnológica desde a data de aquisição que possam levar à necessidade de mudança da estimativa contábil.

Na data de cada demonstração contábil, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável.

Em 31 de dezembro de 2023 o teste de impairment foi realizado de acordo com a norma contábil CPC 01 (R1) pelo montante dos terrenos (nota 11) registrados no grupo de imobilizado e não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução dos ativos ao valor recuperável.

#### **b) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre os valores depreciáveis, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual estimado baseando-se no método linear.

O percentual do valor residual e a vida útil estimada para cada grupo do imobilizado da Companhia, para o exercício findo em 31/12/2023, são os seguintes:

<b>Percentual depreciação</b>		
<b>Ativos</b>	<b>Vida útil (anos)</b>	<b>Taxa de depreciação (%)</b>
Máquinas e equipamentos	<b>10 anos</b>	10
Móveis e utensílios	<b>10 anos</b>	10
Computadores e Informática	<b>5 anos</b>	20

### **3.10. Provisões**

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

### 3.11. Patrimônio líquido

O Patrimônio líquido compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Representa patrimônio líquido, resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial.

### 3.12. Apuração do resultado

O resultado é apurado em obediência ao regime contábil de competência de exercícios.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, bancos, numerários em trânsito e aplicações financeiras. Estão representados pelos valores de realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentam os seguintes valores:

Descrição	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos		-	-
Aplicações financeiras	4.1	102.953	125.888
Numerários em trânsito	4.2	-	3
		<b>102.953</b>	<b>125.891</b>

### 4.1 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são representadas por fundos de investimentos de liquidez e rentabilidade diárias, atrelados à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário "CDI", com remuneração de aproximadamente 100% do CDI.

São gerenciados pela Companhia para cumprimento de seus compromissos de curto prazo.

### 4.2 Numerários em trânsito

Correspondem aos valores dos direitos creditórios (nota 5.2) reconhecidos no decorrer do exercício que ainda não integraram o saldo de bancos na conta corrente da empresa no fim do mês.

## 5. Créditos a receber

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do balanço patrimonial. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultados.

O saldo a receber é originado das operações referentes aos direitos de créditos junto a Copasa MG e dos Direitos Autônomos de Recebimento de Créditos adquiridos do Município,

e foram cedidos fiduciariamente para as garantias de PPP e para a operação de debêntures, respectivamente.

São tratados como mantidos até o vencimento considerando que não podem ser negociados no mercado face às suas naturezas e origens.

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 estão assim apresentados:

<b>Descrição</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Copasa MG	5.1	24.192	23.015
Direitos Creditórios a Receber	5.2	-	193.743
Cliente - PBH		35	25
<b>Circulante</b>		<b>24.227</b>	<b>216.785</b>
Copasa MG	5.1	169.345	184.973
Direitos Creditórios a Receber	5.2	-	5.222
<b>Não circulante</b>		<b>169.345</b>	<b>190.195</b>
<b>Total</b>		<b>193.572</b>	<b>406.980</b>

#### **5.1 Créditos COPASA MG a receber**

Correspondem a créditos detidos pelo Município de Belo Horizonte/MG perante a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, transferidos para a PBH Ativos S/A a título de subscrição de capital social realizada em 29 de maio de 2012, com vencimento em junho de 2031.

Estes créditos são provenientes de instrumento contratual celebrado entre o Município de Belo Horizonte, a COPASA MG e a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) e do Termo de Reconhecimento de Dívida.

O saldo dos Créditos COPASA MG a Receber reflete as amortizações ocorridas e atualizações mensais (pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), são classificados conforme demonstrados no quadro a seguir:

	<b>31/12/2022</b>	<b>Transferências</b>	<b>Atualizações</b>	<b>Amortização</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Circulante</b>	23.015	25.012		(23.835)	24.192
<b>Não Circulante</b>	184.973	(25.012)	9.384		169.345
<b>Total</b>	<b>207.988</b>	<b>-</b>	<b>9.384</b>	<b>(23.835)</b>	<b>193.537</b>

Destaca-se, ainda, que as contas a receber do Fluxo da COPASA tem as suas parcelas adimplentes na data 31/12/2023, em congruência com o fluxo das garantias nos contratos de Parcerias Público-Privadas assinados pela Administração Pública Municipal.

**DESDOBRAMENTOS DO SALDO A RECEBER**  
**CRÉDITOS COPASA MG**

<b>Classificação</b>	<b>Saldos (R\$)</b>
Até 12 meses	24.192
de 12 a 24 meses	24.192
de 24 a 36 meses	24.192
de 36 a 48 meses	24.192
de 48 a 60 meses	24.192
após 60 meses	72.577
<b>Total</b>	<b>193.537</b>

**5.2 Direitos creditórios a receber**

Provenientes da Cessão de Direitos de Créditos Autônomos realizada pelo Município de Belo Horizonte, em 01 de abril de 2014, e voltada para a subscrição integral de debêntures subordinadas, não conversíveis em ações, de forma privada, no valor nominal de R\$ 880.320 mil, com vencimento em abril de 2035.

Foram reconhecidos inicialmente pelo valor do principal do parcelamento acrescidos de atualização monetária, multa e juros até a data de cessão, 01 de abril 2014, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros com base no Fluxo de Recebimento de Parcelamentos Ativos e dos Juros, constante no contrato de cessão.

São atualizados em 1º de janeiro de cada ano pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, além de sofrer incidência, mensalmente, de juros de 1% ao mês sobre o valor do principal atualizado, de acordo com as legislações e resoluções fiscais aplicáveis aos créditos originários.

Em abril de 2023 a carteira dos Direitos Creditórios foi dada em pagamento para liquidação do saldo devedor das Debêntures Subordinadas, nos termos da cláusula 4.5.3 da Escritura de 1ª Emissão, tendo em vista o vencimento desta em 03 de abril de 2023 (nota 12.1).

Para a composição dos valores e acerto de contas foram considerados os valores constantes nos relatórios emitidos pela Secretaria Municipal de Fazenda - SMFA e o saldo remanescente das Debêntures Subordinadas, conforme demonstrado a seguir:

**Encerramento Operação Direitos Creditórios / Debêntures Subordinadas - Posição em 03/04/2023**

Saldo dos 1.247 parcelamentos ativos:	52.754
Saldo dos 26.824 lançamentos cedidos e não parcelados:	145.255
Recomposição de valores indenizáveis (*)	15.925
<b>Saldo Credor Direitos Creditórios em 03/04/2023:</b>	<b>213.934</b>
Saldo debêntures subordinadas no vencimento:	202.834
<b>Saldo Devedor Debêntures em 03/04/2023:</b>	<b>202.834</b>
<b>Saldo Credor no Encerramento da Operação:</b>	<b>11.100</b>

(\*) valores referentes a recomposição de baixas efetuadas na carteira de direitos creditórios a título de descontos e/ou bônus concedidos pelo Município à contribuintes, em decorrência de débitos parcelados

ou pagamentos à vista.

Nesse sentido, considerando inclusive o objeto único da operação, a saber, lastreamento da operação de securitização de recebíveis, procedeu-se o encerramento da cessão com acerto de contas entre as Partes, com saldo credor para a PBH Ativos no valor de R\$ 11.100.003,28 (onze milhões, cem mil, três reais e vinte e oito centavos), o qual foi liquidado em 30 de junho de 2023, conforme previsto no “Termo de Mútua Quitação Referente à Cessão de Direitos de Créditos Autônomos Pelo Município e Às Debêntures Subordinadas Emitidas Pela PBH Ativos S.A.”.

Por conseguinte, a movimentação dos saldos classificados em circulante e não circulante estão assim demonstrados:

	<b>31/12/2022</b>	<b>Transferências</b>	<b>AVJ</b>	<b>Atualizações</b>	<b>Amortização</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Dir. Creditórios a Receber</b>	161.333	57.706	-	-	(219.039)	-
<b>Ajuste a valor justo (-) Enc. Financ. a Realizar</b>	38.703	(38.703)	-	-	-	-
	(6.291)	5.619	-	-	672	-
<b>Circulante</b>	<b>193.745</b>	<b>24.622</b>	-	-	<b>(218.367)</b>	-
<b>Dir. Creditórios a Receber</b>	5.222	(14678)	-	9.456	-	-
<b>Ajuste a valor justo (-) Enc. Financ. a Realizar</b>	-	(9.944)	9944	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
<b>Não Circulante</b>	<b>5.222</b>	<b>(24.622)</b>	<b>9.944</b>	<b>9.456</b>	-	-
<b>Total</b>	<b>198.967</b>	-	<b>9.944</b>	<b>9.456</b>	<b>(218.367)</b>	-

Os saldos finais dos Direitos Creditórios estão demonstrados a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Direitos Creditórios	-	161.333
(-) Enc. Financ. a realizar	-	(6.291)
Ajuste a Valor Justo a realizar	-	38.703
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>193.745</b>
Direitos Creditórios	-	5.222
(-) Enc. Financ. a realizar	-	-
Ajuste a Valor Justo a realizar	-	-
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>5.222</b>
<b>Total Direitos Creditórios a Receber</b>	<b>-</b>	<b>198.967</b>

## 6. Impostos a recuperar

Referem-se a créditos de PIS/COFINS, INSS e Saldos Negativos de IRPJ e CSLL.

Os valores são demonstrados em 31 de dezembro de 2023, conforme quadro a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
INSS	1	1
PIS/COFINS/IRRF	3.071	1.319
Saldo Negativo IRPJ e CSLL	1.821	138
	<b>4.893</b>	<b>1.458</b>

O aumento do saldo negativo em 2023 refere-se ao imposto de renda sobre aplicação financeira retidos no período de 2023 e não compensados na apuração do IRPJ e CSLL sobre o pagamento por estimativas.

Em agosto/2024, após a apresentação da Escrituração Fiscal Digital (ECF) ano calendário de 2023, será providenciado os trâmites legais para a formalização dos créditos na DCOMP para a compensação com débitos devidos de natureza fiscal.

## 7. Depósitos judiciais e contingências fiscais

Através do Mandado de Segurança nº 0014187-35.2016.4.01.3800, distribuído em 14 de março de 2016, a Companhia contestava a validade do Decreto nº 8.426/15, que elevou de 0% para 4,65% a alíquota de incidência da Contribuição para PIS/COFINS sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa, e passou a recolher os valores dos referidos tributos através de depósitos em juízo a partir de 18 de março de 2016, após deferido o pedido liminar.

Diante da denegação do Mandado de Segurança em 28 de agosto de 2018, o litígio foi classificado pelos seus assessores jurídicos como perda provável, sendo constituído, portanto, pela Companhia, provisão de contingência no mesmo montante do depósito judicial.

Em 2023, observada a decisão do Recurso Extraordinário 1.043.313/RS - Tema 939 da Repercussão Geral - e da ADIn 5.277/DF, a Companhia requereu a desistência do Mandado de Segurança em março de 2023, sendo homologada no mesmo período, com o certificado o trânsito em julgado emitido em 24/04/2023.

Assim, em atenção à homologação da desistência do Mandado de Segurança e o trânsito em julgado da sentença, a Companhia procedeu a baixa dos valores provisionados a título de depósitos judiciais em contrapartida ao passivo contingente, no valor de R\$ 29,1 milhões.



## 7.1 Outras demandas judiciais

O processo de identificação, classificação e avaliação de riscos dos processos judiciais é realizado pelos Assessores Jurídicos da Companhia com o acompanhamento, participação e monitoramento da Diretoria e do Conselho de Administração.

- **Mandado de Segurança - 1009059-46.2018.4.01.3800 (Natureza tributária)**

Trata-se de Mandado de Segurança em que a PBH ATIVOS pede a concessão da segurança para que reste reconhecido o seu direito de poder quitar débitos de IR e de CSLL sem a restrição introduzida pelo inciso IX do §3º do artigo 74 da Lei 9.430/1996, trazido pela Lei 13.670/2018, ou seja, podendo fazê-lo via compensação, tal qual autorizado antes do advento do referido diploma legal. O valor da causa estimado é de R\$ 9,3 milhões (vide nota 13.1).

Autos conclusos, desde 31/08/2019, para o julgamento da apelação interposta pela União, face a sentença que prolatou a procedência parcial do pedido: "Em face do exposto, confirmo a liminar e concedo parcialmente a segurança para declarar o direito da impetrante à compensação de créditos de IRPJ e CSLL apurados por estimativa mensal ao longo do exercício financeiro de 2018, e afastar a vedação contida no art. 6º da Lei 13.670/18, do inciso IX do parágrafo 3º do art. 74 da Lei 9.430/96 apenas em relação a tal exercício. Restituirá a União as despesas processuais gastas pela impetrante. Sem honorários, na forma do art. 25 da Lei 12.016/09."

- **Ação Civil Pública - 5180356-63.2018.8.13.0024- (Natureza Cível)**

Trata-se de ação sobre Concurso Público, que foi ajuizada pela candidata elegando suposto preterimento no chamamento público do 1º Concurso Público da PBH Ativos. Vaga reservada para eventual posse. Valor da causa: R\$ 75 mil.

Em 15/02/2024, foi proferida a sentença julgando improcedente o pedido formulado pela Autora e revogando a decisão que havia concedido a tutela antecipada favorável à candidata. A decisão foi objeto de apelação pela Autora e resta pendente de julgamento.

O desfecho dessas ações judiciais discutidas pela PBH Ativos em juízo ainda é considerado pelos assessores jurídicos como perda possível.

O processo de identificação, classificação e avaliação de riscos dos processos judiciais é realizado pelos Assessores Jurídicos da Companhia com o acompanhamento, participação e monitoramento da Diretoria e do Conselho de Administração.

## 8. Aplicações vinculadas

Corresponde a aplicação financeira vinculada ao Banco do Brasil nº 18.120 no importe de R\$ 6,1 milhões (R\$ 5,5 milhões em dezembro de 2022), destinada aos pagamentos das parcelas do período de julho/2020 a abril/2021 a favor dos debenturistas de mercado (Debêntures de 2ª Emissão), conforme decisão cautelar nos Autos de Representação nº 1.024.572 que tramita perante a 1ª Câmara do Tribunal de Contas de Minas Gerais - TCE/MG (nota nº 12.2 e 12.2.1).

A rentabilidade do Fundo dessa aplicação em 2023 foi de 12,82% (12,15% a.a em 2022).

## **9. Garantias e cauções**

### **9.1 Garantias e cauções classificadas no Ativo Não Circulante**

Representadas por contas aplicações financeiras em fundos de investimentos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal.

São destinadas a prover garantia na Parceria Público Privada (PPP) junto à Secretaria Municipal de Educação para construção das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs) e Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), prover garantia na PPP da Saúde (UBS) e prover garantia na PPP junto à Secretaria Municipal de Saúde para construção do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro (HMDCC).

Conforme demonstrado:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Aplic. Financeira - CEF 3491-8 (EMEIS)	6.972	6.988
Aplic. Financeira - CEF 3791-7 (UBS)	28.693	25.801
Aplic. Financeira - CEF 3483-7 (HMDCC)	150.255	137.143
	<b>185.920</b>	<b>169.932</b>

Em 2023 a rentabilidade dos fundos de investimentos dessas aplicações foi de 13,26% a.a. a 13,37 % a.a (12,74% a.a. a 12,86 % a.a em 2022)

### **9.2 Garantias e cauções classificadas no Passivo Não Circulante**

Os valores indicados no Passivo Não Circulante a título de "Garantias e Cauções" referem-se a cauções contratuais com fornecedores. Em 31 de dezembro de 2023 é R\$ 8 (R\$ 5 saldo em dezembro de 2022).

## **10. Bens destinados à venda**

Compreendem terrenos adquiridos em abril de 2012 junto à União por meio de financiamento com a Caixa Econômica Federal, cujo valor de aquisição foi de R\$ 10.010 mil.

Os terrenos foram destinados ao Município de Belo Horizonte, através de um termo de permuta de bens imóveis e cessão de uso gratuito com o Município de Belo Horizonte, realizado em 30 de abril de 2015, para edificação da nova rodoviária da Prefeitura.

Deste modo, considerando o tempo a transcorrer do processo de permuta com o cronograma da referida obra, foi cedido pela Companhia ao Município o uso gratuito dos terrenos até que efetive a permuta por outros imóveis do Município.

Em junho de 2021 foi elaborado um laudo de avaliação dos Terrenos do Bairro São Gabriel. Foi optado pelo "Método comparativo direto de dados de mercado", para a definição do valor do imóvel, conforme os termos da NBR 14653. A avaliação foi realizada pela empresa Safira Engenharia Ltda e como conclusão dos estudos não houve indicações de perda de valor econômico.

Em 2023 foi feita uma avaliação junto com a Subsecretaria da Receita Municipal por meio da metodologia de cálculo do ITBI e a conclusão apresentada é sem indicações de perda de valor econômico.

## **11. Ativo imobilizado e Intangível**

O Ativo Imobilizado é representado por terrenos integralizados em 2014 e 2015, no importe de R\$ 29.426 mil e por bens que contribuem para a realização do objeto social da Companhia.

Os bens corpóreos e os intangíveis são registrados pelo custo de aquisição e são depreciados e/ou amortizados baseando-se no método linear.

Em 2017, a Companhia contratou uma empresa de serviços técnicos especializado para elaboração de laudo de avaliação dos imóveis urbanos de sua propriedade, utilizando-se como método comparativo de Dados de Mercado, nos termos da ABNT. A avaliação foi realizada pela Raja Engenharia e a conclusão é de que não havia necessidade de registro de perdas por desvalorização sobre o montante do ativo.

Conforme orientação técnica do CPC 01 ("Redução ao Valor Recuperável dos Ativos"), a Companhia de 2018 até o momento avalia internamente se há alguma indicação de que os imóveis de sua propriedade apresentam alguma indicação de desvalorização. A avaliação é feita pela Subsecretaria da Receita Municipal por meio da metodologia de cálculo do ITBI e a conclusão apresentada é sem indicações de perda de valor econômico.

Em 2023, por meio de contratação de modalidade por licitação, a Companhia contratou uma Empresa especializada em serviço técnico para a elaboração de avaliação mercadológica de 20 (vinte) imóveis de propriedade da PBH Ativos.

O Ativo Intangível é composto por programas (softwares) não customizados.

Os bens corpóreos e os intangíveis são registrados pelo custo de aquisição e são depreciados e/ou amortizados baseando-se no método linear e foram reavaliados sem indicações de perda de valor econômico em face das suas características e utilização.

A posição do Imobilizado da PBH Ativos, em 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Terrenos	29.426	29.426
Computadores e periféricos	125	18
Móveis e utensílios	48	68
Máquinas e equipamentos	2	3
Benfeitorias	88	100
	<b>29.689</b>	<b>29.615</b>

Os Terrenos são classificados como Ativo Imobilizado considerando a revogação do processo licitatório nº 01.047.202/15-56 para alienação dos terrenos, conforme consta em Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia na data 30 de março de 2017, sem previsões de alienação.

A movimentação do ativo imobilizado pode ser assim demonstrada:

<b>Descrição</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Aquisições</b>	<b>Saldo em 31/12/2023</b>
Terrenos	29.426	0	0	29.426
Comp. e perif.	18	(25)	132	125
Móveis e utensílios	68	(20)	0	48
Máq. e equip.	3	(1)	0	2
Benfeitorias	100	(12)	0	88
<b>Total</b>	<b>29.615</b>	<b>(58)</b>	<b>132</b>	<b>29.689</b>

O Ativo Intangível é composto por programas (softwares) não customizados.

Os bens corpóreos e os intangíveis são registrados pelo custo de aquisição e são depreciados e/ou amortizados baseando-se no método linear e foram reavaliados sem indicações de perda de valor econômico em face das suas características e utilização.

A posição do Intangível da PBH Ativos, em 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Software	25	-
	<b>25</b>	<b>-</b>

A movimentação do ativo intangível pode ser assim demonstrada:

<b>Descrição</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Aquisições</b>	<b>Saldo em 31/12/2023</b>
Software	-	(2)	27	25
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>	<b>27</b>	<b>25</b>

## 12. Debêntures

Os saldos das Debêntures em 31 de dezembro de 2023 estão assim apresentados:

<b>Descrição</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Debêntures 1ª Emissão	12.1	-	193.743
Debêntures 2ª Emissão	12.2	6.056	5.498
<b>Total</b>		<b>6.056</b>	<b>199.241</b>

### 12.1 Debêntures - 1º Emissão

Correspondiam a debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, emitidas em 1 de abril de 2014 para subscrição privada, as quais foram inteiramente subscritas pelo município de Belo Horizonte e integralizadas mediante a cessão de Direitos de Crédito Autônomos, no importe total de R\$ 880.320.000 (correspondente a 88.032 debêntures subordinadas emitidas com valor nominal unitário de R\$ 10 mil), com prazo de vencimento findo em abril de 2023.

Eram atualizadas pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos meses de janeiro de cada ano, calculado sobre o saldo devedor em 31 de dezembro do ano anterior (nos mesmos moldes da atualização dos Direitos Creditórios).

Em janeiro de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 11,2 milhões (R\$ 21,5 milhões em 2022) a título de atualização monetária sobre o saldo devedor das referidas debêntures e, tendo em vista o encerramento do cronograma de pagamento em abril/2023, o saldo devedor foi liquidado no seu vencimento mediante dação em pagamento da carteira dos Direitos Creditórios, nos termos da cláusula 4.5.3 da Escritura de 1ª Emissão. (nota 4.2).

Dessa forma, está zerado o saldo das Debêntures de Primeira Emissão em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 194 milhões – 31/12/2022).

### 12.2 Debêntures - 2º Emissão

Constituídas por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de Direitos Creditórios Autônomos, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

Na data da emissão, 15 de abril de 2014, correspondiam a 2.300 debêntures com valor unitário de R\$ 100 mil, no montante total de R\$ 230 milhões, com prazo de vencimento em 15 de abril de 2021. Em 09 de maio de 2016 foi celebrado o terceiro aditamento com alterações no cronograma de amortização das Debêntures, modificando os percentuais de amortização previstos para os meses de maio de 2016 a abril de 2021.

Foram atualizadas mensalmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com pagamentos mensais de amortizações e de juros à taxa de 11% a.a até o seu vencimento.

Os saldos contábeis foram reconhecidos pelo valor justo no momento inicial e posteriormente mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O contrato das debêntures de 2ª emissão da PBH Ativos teve o seu cronograma de amortização encerrado em abril de 2021 sem que houvesse sua quitação integral, em face da medida cautelar proferida pelo Tribunal Pleno do Tribunal de Contas de Minas Gerais

(TCE/MG) no âmbito da Representação 1.024.572 - Apenso 1.031.793 (vide nota 12.2.1).

As parcelas pendentes de liberação ao debenturista de mercado, de julho/2020 até abril/2021, estão retidas na conta número: 18.120, agência 1615-2, do banco do Brasil ("contas de Pagamento"), conforme decisão do TCE/MG, pendente de análise dos recursos interpostos, o que representa um saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 6,1 milhões (R\$ 5,5 milhões em dezembro de 2022).

### **12.2.1 Informação sobre acórdão TCE-Representação 1.024.572**

Em 17 de junho de 2020, o acórdão do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG) referendou a medida cautelar proferida no âmbito da Representação 1.024.572 (Apenso 1.031.793) que discute, dentre outros pontos, aspectos da "Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não-conversíveis, com Garantia Real, em Série única, Com Esforços Restritos de Colocação" realizada pela Companhia. A Emissora foi intimada acerca do acórdão no sentido de que fosse suspenso, em caráter acautelatório, o pagamento das parcelas diretamente aos debenturistas de mercado e de que tais valores fossem depositados numa conta apartada com aplicação financeira de liquidez diária.

No referido acórdão, determinou-se que o Banco Centralizador e o Agente Fiduciário adotassem medidas para o cumprimento do acima citado, de acordo com o prazo de amortização previsto no cronograma da operação, até a superveniência da decisão definitiva pelo Tribunal.

Na oportunidade, o Tribunal de Contas afastou a possibilidade de o Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora em razão dessa decisão. Além de ter frisado que as determinações expedidas ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário proíbem a interrupção de qualquer transferência para a conta de livre movimentação e a retenção de valores das contas vinculadas.

A PBH Ativos indicou o domicílio bancário exclusivo para o cumprimento do acórdão, bem como o Agente Fiduciário e Banco Centralizador cumpriram o determinado pelo Tribunal, já a partir da parcela subsequente, de julho de 2020.

Em 03 de maio de 2023, o acórdão, analisando o mérito das Representações, foi publicado pelo Tribunal Pleno do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG). O julgamento afastou eventual dano ao erário e ofensa ao princípio da economicidade, de modo que os recursos poderiam ser levantados pelo debenturista de mercado. Opostos Embargos de Declaração, referido acórdão foi parcialmente reformado e publicado em 06 de setembro de 2023. Atualmente aguarda o julgamento dos Recursos Ordinários interpostos, ainda pendentes de julgamento na data de fechamento destas demonstrações.

## **13. Impostos e obrigações a recolher**

Os saldos referentes aos Impostos e Obrigações a Recolher são apresentados conforme quadro a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
CSLL	-	270
IRPJ	-	-
PIS/COFINS Receita Financeira	183	-
IRRF	197	150

PIS/COFINS/CSLL/ISS a recolher	15	4
	<u>395</u>	<u>424</u>

### 13.1. Compensação dos débitos de estimativas de IRPJ e CSLL do ano de 2018.

Em agosto de 2018 foi impetrado pela Companhia o Mandado de Segurança nº 1009059-46.2018.4.01.3800, com pedido de liminar, em decorrência da publicação da Lei Federal nº 13.670/2018, que restringiu os contribuintes de utilizarem os créditos de saldos negativos de IRPJ e CSLL por meio de compensação (PER/DCOM) de tributos federais estimado.

O Mandado de Segurança baseia-se nos princípios da segurança jurídica, com o intuito de que possa compensar os débitos IRPJ e CSLL desde o mês de maio de 2018.

Em 10 de agosto de 2018 foi concedido à Companhia liminar para suspender a exigibilidade do inciso IX do parágrafo 3º do artigo 74 da Lei 9.430/96, na redação da Lei 13.670/2018, autorizando a utilização dos créditos de Saldos Negativos de IRPJ e CSLL para compensação dos débitos de IRPJ e CSLL até o mês de dezembro daquele ano.

Foram compensados por meio de formulários os débitos de IRPJ (R\$ 3,6 milhões e CSLL (1,4 milhões) com os créditos de saldo negativo.

Os Autos foram então remetidos ao TRF1 (Tribunal Regional Federal de 1ª Região) e aguarda despacho decisório desde 16/08/2019.

Os assessores jurídicos da Companhia entendem que a probabilidade de perda é possível (nota 7.1).

## 14. Salários, remunerações e encargos sociais

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da conta de salários, remunerações e encargos sociais estão assim demonstrados:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Ordenados e salários	363	282
FGTS a recolher	48	37
INSS e RPPS a recolher	148	134
	<u>559</u>	<u>453</u>

## 15. Provisões trabalhistas

Os saldos referentes às provisões são apresentados conforme quadro a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Provisão para Férias	465	267
Encargos s/ Provisão de Férias	164	94
	<u>629</u>	<u>361</u>

## 16. Patrimônio líquido

### 16.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 284 milhões, representado por 32.851.182 ações ordinárias.

## 16.2 Reservas

### a) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

### b) Reserva de lucros

Composto pelo saldo remanescente do lucro líquido do exercício subtraído da reserva legal. Nos termos do inciso III do parágrafo 3º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, a proposta da atual administração é destinar a retenção de todo o lucro líquido incorrido até o presente exercício para Reserva de Lucros a Destinar, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária.

### c) Juros sobre capital próprio

De acordo com a ata da Assembleia Geral Extraordinária do dia 27 de abril de 2023, foi autorizado a distribuição de juros de capital próprio para o exercício de 2023, conforme artigo 9º, parágrafo 7º da Lei Federal nº 9.249/95, no valor e R\$ 30 milhões, a ser destinado para aumento de capital social da Companhia. O recurso foi integralizado no capital social da PBH Ativos nos termos previstos na Reunião do Conselho de Administração de 20 de dezembro de 2023 e da Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2023.

## 17 Receitas

Em 31 de dezembro de 2022 as receitas são compostas pelos seguintes valores:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Juros (nota nº 17.1)	672	3.619
Atualização de Créditos (nota nº 17.2)	18.842	32.904
Ajuste a valor justo (nota nº 5.2)	9.944	38.702
Prestação de Serviços (nota nº 17.3)	515	43
<b>(-) Deduções</b>		
ISSQN / PIS/ COFINS	(72)	(6)
	<b>29.901</b>	<b>75.262</b>

### 17.1 Juros auferidos

São juros incidentes sobre os valores dos "Direitos Creditórios" reconhecidos pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros, que desconta os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do ativo financeiro (vide nota 5.2).



### 17.2 Atualização de créditos

Decorrem, principalmente, da atualização do saldo dos créditos relativos ao Convênio COPASA-MG e do saldo credor dos Direitos Creditórios (vide notas 5.1 e 5.2).

A classificação do ativo financeiro – Direitos Creditórios (nota 5.2) é baseada no modelo no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Contudo, como não é possível estimar de forma confiável, os fluxos de caixa ao longo de todo o instrumento contratual por conta da natureza dos parcelamentos dos rompidos, inadimplência e entre outros fatores, portanto, por conservadorismo, em atenção ao CPC 48, utilizamos o fluxo de caixa contratual longo de todo o termo contratual do instrumento financeiro.

### 17.3 Prestação de Serviços

Receitas de prestação de serviços para análise de modelagem econômico-financeira e jurídica para os contratos de convênios.

## 18 Custos

São reconhecidos como custos operacionais os valores incorridos na operação das Debêntures, compostos pelos seguintes valores:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Atualização s/ Debêntures	(11.208)	(21.502)
	<b>(11.208)</b>	<b>(21.502)</b>

## 19 Despesas tributárias

As despesas tributárias da Companhia em 31 de dezembro de 2023 estão assim demonstradas:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Processos fiscais (nota nº 7)	(983)	(6.361)
IPTU	(273)	(247)
PIS e COFINS sobre as Receitas Financeiras	(8.416)	-
Outros	(1)	(2)
	<b>(9.673)</b>	<b>(6.610)</b>

## 20 Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2023 está assim demonstrado:

<b>Composição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Receitas c/ aplicações financeiras	38.858	33.446
Outras receitas financeiras	6	9
<b>Total Receitas Financeiras</b>	<b>38.864</b>	<b>33.455</b>
Despesas bancárias	(91)	(85)
Variação monetária	(558)	(482)
IOF	(20)	(194)
<b>Total Despesas Financeiras</b>	<b>(669)</b>	<b>(761)</b>
<b>Resultado Financeiro do Período</b>	<b>38.195</b>	<b>32.694</b>

O resultado financeiro aumentou em 31 de dezembro de 2023 em comparativo em 31 de dezembro de 2022, em razão do aumento da taxa de rentabilidade e do aumento dos saldos das aplicações financeiras registradas no ativo circulante e não circulante.

## 21 Impostos de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL com base no Lucro Real anual, apurados mensalmente para efeito de suspensão/redução do pagamento.

O IRPJ sobre lucro líquido é calculado com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil e a CSLL do exercício corrente é calculada com base na alíquota de 9%, também sobre o lucro tributável.

Ambos tributos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitadas a 30% do lucro real.

Considerando suas características e legislação vigente, as receitas não efetivamente realizadas no período são excluídas da base de cálculo para fins de apuração,

Deste modo, os tributos definitivos são apurados ao término do exercício, conforme demonstrado a seguir:

<b>Composição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Resultado Contábil	42.439	47.698
Provisões não dedutíveis	(43.070)	16.129
<b>(=) Lucro Líquido</b>	<b>(631)</b>	<b>63.827</b>
(+) Adições	196.784	64.207
(-) Exclusões	(83.080)	(77.726)
<b>Resultado Fiscal</b>	<b>113.073</b>	<b>50.308</b>
(-) Comp. Prejuízo/Base Negativa de Exerc. Anteriores	(24.127)	(15.093)
<b>Base de Cálculo</b>	<b>88.946</b>	<b>35.216</b>
IRPJ	(22.212)	(8.776)

CSLL	(8.052)	(3.169)
<b>IR/CSLL corrente</b>	<b>(30.264)</b>	<b>(11.945)</b>

### 21.1 Provisão de imposto de renda e contribuição social sobre receita não realizada

De acordo com o inciso "a" e "b" do artigo 3º do Decreto nº 1.578/77 e atualizado pelo Decreto nº 1.698/78, o artigo 10º da IN nº 21/79 e IN nº 1.700/2018, a Companhia realiza o diferimento do IRPJ e da CSLL sob as receitas não realizadas de atualização monetária do saldo devedor da COPASA e dos juros compensatórios e atualização monetária sobre o saldo devedor dos Direitos Creditório Autônomos.

Em 31 de dezembro de 2023 foram contabilizadas provisões de imposto de renda e contribuição social diferida sobre o valor da receita financeira não realizada no período:

<b>IRPJ e CSLL diferidos (em milhares de Reais)</b>	<b>IRPJ e CSLL Provisionado (R\$)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>71.076</b>
IRPJ e CSLL sobre Receita não realizada COPASA	4.702
IRPJ e CSLL sobre Rec. não realizada Direitos Creditórios	(9.373)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>66.405</b>
IRPJ e CSLL sobre Receita não realizada COPASA	727
IRPJ e CSLL sobre Rec. não realizada Direitos Creditórios	9.040
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>76.172</b>
IRPJ e CSLL sobre Receita não realizada COPASA	(707)
IRPJ e CSLL sobre Rec. não realizada Direitos Creditórios	(43.346)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>32.119</b>

### 21.2 Crédito fiscal a compensar

A Companhia possuía créditos fiscais ativados contabilmente, relativos a prejuízos fiscais/bases negativas a compensar em períodos futuros, conforme valores a seguir discriminados.

A mensuração do ativo fiscal diferido está de acordo com a norma CPC 32 e este saldo é reduzido com os lucros fiscais disponíveis.

<b>Crédito fiscal a compensar</b>	<b>CSLL (9%) e IRPJ (25%)</b>
Prejuízo Fiscal Exercício 2012	120
(-) Compensação - Exercício 2013	(89)
Prejuízo Fiscal Exercício 2014	5.414
Prejuízo Fiscal Exercício 2015	9.294
Prejuízo Fiscal Exercício 2016	12.729
(-) Compensação - Exerc. Per. 2017 a 2021	(14.134)
(-) Compensação - Exerc. Per. 2022	(5.131)
(-) Compensação - Exerc. Per. 2023	(8.203)
<b>Crédito fiscal total a compensar em 31/12/2023</b>	<b>0</b>

## **22 Ativos e passivo financeiros**

Os principais instrumentos financeiros são (i) Direitos Creditórios a Receber, cuja operação foi liquidada em junho de 2023 (nota 4.2), (ii) Créditos a Receber da Copasa e (iii) Debêntures de 1ª Emissão, com cronograma de pagamentos encerrado em abril de 2023 (nota 12.1).

O valor justo do instrumento financeiro do contas a Receber da Copasa é considerado idêntico aos saldos contábeis e estão representados, respectivamente, nas notas explicativas nº 4.1 e foram dados em garantia em contratos de PPP.

## **23 Transações com partes relacionadas**

As operações realizadas entre partes relacionadas são relativas (i) à cessão de Direitos de Crédito Autônomos (Direitos Creditórios a Receber); (ii) à emissão de Debêntures de Primeira Emissão, subscritas pelo Município de Belo Horizonte, acionista majoritário e (iii) contratos de penhor para as PPP' da Saúde e da Educação, conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 9. Tais operações foram realizadas em condições de mercado e levando em consideração as normas legais a que a PBH Ativos estão sujeitos.

Destaca-se, ainda, que durante o exercício de 2023 os fluxos recebíveis da COPASA não sofreram alterações que comprometessem os seus compromissos com as garantias das PPPs a curto prazo.

## **24 Transações com o Pessoal-Chave**

As transações com pessoal-chave incluem os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e fiscalização das contas financeiras, orçamentárias e contábeis. Não existe remuneração baseada em ações e a remuneração e encargos reconhecidos no resultado do período do pessoal-chave da Companhia em 2023 é de R\$ 1,9 milhões (R\$ 1,7 milhões em 31 de dezembro de 2022).

## **25 Eventos subsequentes**

Em janeiro e fevereiro de 2024 os acionistas da companhia integralizaram aumento do capital social no valor de R\$ 30 milhões nos termos previstos na Assembleia Extraordinária de 21 de dezembro de 2023 e na Ata da Reunião do Conselho de Administração de 20 de dezembro de 2023.

A administração reconhece sua responsabilidade pela adequada apresentação e divulgação das demonstrações contábeis e reconhece que não há outros eventos subsequentes relevantes entre o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e a data de aprovação dessas demonstrações contábeis datadas em 26 de fevereiro de 2024, exceto nos termos citados nesta nota.

---

**Pedro Meneguetti**  
Diretor Presidente

---

**Fábio Menezes Resende**  
Contador - CRC/MG 079805/O-8